

Educação Patrimonial – possibilidades para o ensino de história

Cláudia Engler Cury¹.
Isabella Virgínio².

Resumo

As complexas relações existentes entre a memória, a história, a cultura, o ensino de história e a educação patrimonial, foco de muitas das reflexões que se dedicam ao tema, nos levou ao desenvolvimento de uma pesquisa cujo tema central é o estudo das práticas educativas que articulem a questão do Patrimônio Histórico e Cultural como objeto de construção/veiculação de uma cultura histórica escolar no município de João Pessoa/PB.

Palavras-Chave: educação patrimonial, ensino de história, João Pessoa.

Abstract

The complex relations existing between memory, history, culture, history teaching and heritage education are the focus of many reflections dedicated to these subjects. In this field, and reflecting this debate, our research has as central subject the analyses of educative practices that articulates the Historic and Cultural Heritage as a construction and also a reproduction of certain historical culture in public schools at João Pessoa, Paraíba state capital.

Word-Key: patrimonial education, education of history, João Pessoa city.

1. Algumas reflexões iniciais:

Ao longo dos últimos dez anos os estudos acerca da educação patrimonial como possibilidade para o ensino de história têm se avolumado. O crescente interesse pelo campo de pesquisa e suas possibilidades para as aulas de história permite que pensemos em alguns movimentos que a sociedade brasileira, ou pelo menos parte dela, tem realizado na direção de uma relação com seu passado que leve em consideração: memórias, sensibilidades e “experiências” no sentido benjaminiano. Aqui estamos considerando as diferenças empregadas pelo autor em sua obra “O Narrador”, na qual Walter Benjamin enfatiza que a noção de vivência é saturada de eventos e sensações que só permitiram aos homens reações a estímulos e que seria próprio das sociedades modernizadas pelo tempo da produção, diferente da noção de experiência que nos permitiria apreender no ato de narrar e ouvir as histórias, a possibilidade da troca entre aquele que conta uma história e aquele que a escuta. Histórias passadas de geração a geração entendidas como sinônimos de autoridade e sabedoria vinculadas às comunidades onde o coletivo imperava sobre o individual.

As complexas relações existentes entre a memória, a história, a cultura, o ensino de história e a educação patrimonial, foco de muitas das reflexões que se dedicam ao tema, nos

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: claudiacury@terra.com.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

levou ao interesse em pesquisas³ cujo tema central seria o de estudos das práticas educativas que articulem a questão do Patrimônio Histórico e Cultural como objeto de construção/veiculação de uma cultura histórica⁴ escolar no município de João Pessoa/PB.

Objeto de diversos debates e embates acadêmico-institucionais, o tema Patrimônio Histórico e Cultural, no Brasil e no mundo, já se constituiu como campo de discussão reconhecido. Essa constatação pode ser feita através da existência de dois eixos fundamentais: o primeiro deles diz respeito à existência de um corpus jurídico voltado para a identificação, avaliação/qualificação, proteção e preservação dos bens culturais brasileiros. O segundo, que surge como consequência direta do primeiro elemento, trata da atuação dos poderes governamentais no sentido de proceder a formulação de políticas públicas que possibilitem e garantam, sobretudo, a proteção, a preservação, a divulgação e o acesso ao Patrimônio Cultural (material e imaterial) “do” e “no” país.

No que diz respeito à vertente da Educação Patrimonial, o mesmo quadro não pode ser verificado. Resultante de atividades pedagógicas originárias da Inglaterra, aproximadamente na década de 1980, sob a designação da expressão “Heritage Education”, a Educação Patrimonial e as inúmeras e complexas questões que a adoção dessa metodologia implicam, configuram, de fato, um campo de pesquisa bastante recente, o que está plenamente compatível com a também recente ampliação das noções de Patrimônio Cultural para enfoques que ultrapassem as fronteiras dos prédios, sítios arqueológicos e históricos, incluindo-se aí um extenso conjunto de elementos constitutivos do que deve ser preservado, a exemplo: as práticas, o saber fazer, a culinária, as tradições populares, as oralidades e diversos outros elementos culturais. Podemos dizer que ainda são reduzidas as pesquisas que envolvem discussões sobre a educação patrimonial e o ensino de história.

A premissa dos gestores públicos para a elaboração das políticas públicas culturais tem se pautado na concepção de que a educação patrimonial constitui-se como um elemento marcante de alfabetização cultural, na medida em que possibilita a formulação, por parte dos sujeitos sociais, de sensibilidades e identidades com relação à cidade onde circulam todos os

³ Na condição de orientadora de trabalhos de dissertação tenho acompanhado algumas pesquisas que decorrem das reflexões que realizei em meu doutorado na Unicamp, Cury (2002) sobre a mesma temática. O artigo aqui apresentado é uma espécie de primeiro balanço de duas pesquisas que orientei no Programa de Pós-graduação em História/UFPB.

⁴ Entendemos cultura histórica escolar como as formas de produção de conhecimento sobre as relações presente-passado-futuro que não necessariamente tenham sido produzidos pelos chamados “historiadores de ofício”. São formas de produção/ concepção do passado que até podem estar em diálogo com a produção historiográfica, mas não necessariamente. Neste caso consideramos a escola como um espaço privilegiado de engendramento de cultura histórica escolar, assim como os filmes/cinema, a literatura e as práticas educativas que enfoquem a educação patrimonial.

dias entretidos com seus afazeres cotidianos. Entretanto, observamos que as práticas de elaboração e de efetivação de educação patrimonial, em sua maioria, não têm levado em consideração o público alvo da ação dessas mesmas políticas públicas a não ser na condição de meros espectadores.

As políticas estatais que definem o que deve ser preservado têm se mostrado, historicamente, extremamente tendenciosas e têm sofrido, cada vez mais, uma série de críticas, no que diz respeito, por exemplo, ao caráter aparentemente “conciliador” das suas determinações. Nesse tocante, seria necessário refletir: até que ponto ou, em eu medida, seria possível “conciliar” os diversos interesses e demandas de diferentes grupos sociais, cada um com suas leituras de mundo, suas possíveis militâncias, enfim, em que medida pode-se considerar que o Estado consegue, de fato, elaborar e executar iniciativas/políticas culturais que contemplem as complexidades do mundo social?

Propomos que a discussão acerca da elaboração de políticas públicas culturais tem como princípio a formulação de algumas indagações: o que pode ser definido como patrimônio histórico de um povo? Quais os parâmetros utilizados para esta “escolha”? Quem, ou quais instituições validam estas regras? Como o Estado procede no que se refere à proteção desses bens, através do estabelecimento de legislação específica e, ao mesmo tempo, de que maneira ele aplica/executa ações jurídicas direcionadas à proteção dos bens culturais brasileiros? Como os diversos segmentos sociais acolhem (ou não) estas iniciativas emanadas do Estado? Essas problematizações pautaram nossas reflexões para a comunicação que trouxemos para o Simpósio Nacional de História porque entendemos que seria possível por meio delas pensarmos as relações entre História e Ética.

Desta forma, discutiremos duas pesquisas que foram desenvolvidas na cidade de João Pessoa acerca da educação patrimonial e sua articulação com o ensino de história na rede de ensino público e privado na cidade. A primeira pesquisa trata-se de uma dissertação de mestrado defendida em março de 2007 por Maria Ivonilde Mendonça Targino: “Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP – 1980/2003. E a segunda, uma pesquisa que está em andamento, cujo título é “PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (ProJovem): o Patrimônio Histórico e Cultural como objeto de construção/veiculação de uma cultura histórica escolar voltada para a educação patrimonial no município de João Pessoa – PB” de Isabella Oliveira de Andrade Virgínio.

2. A história das Cartilhas do Patrimônio em João Pessoa/PB.

Vamos nos deter em comentar o último capítulo da dissertação de Targino (2007) denominado, “A educação patrimonial no âmbito do mundo escolar”. A autora no primeiro subitem do capítulo, *As cartilhas do IPHAEP nas escolas de João Pessoa* procurou recuperar, mesmo que parcialmente, a história dos usos e desusos das Cartilhas do Patrimônio. O trabalho de pesquisa foi realizado por meio da história oral junto à equipe que participou da elaboração das cartilhas e dos professores que à época tinham se proposto a ‘aplicar’ a Cartilha em suas aulas e com seus alunos. Importante dizer que as cartilhas têm sido uma modalidade recorrente entre os materiais produzidos pelos estados e municípios. O princípio reafirmado é o da necessidade de alfabetização das populações urbanas com relação ao seu patrimônio histórico, arquitetônico e cultural como pode indicar a frase que abre a Cartilha em sua segunda versão: “Defender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”, Mário de Andrade.

Aqui vale ressaltar que a iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba de elaborar um material voltada para as questões patrimoniais foi pioneira para a cidade e apresentou duas versões para a Cartilha a primeira em 2002 e a uma segunda em 2003, alvos de análise da dissertação referida anteriormente. Sem considerar a qualidade gráfica da primeira versão realizada de forma quase artesanal pela equipe do IPHAEP e que melhora muito na segunda versão que contou com a participação de um artista/desenhista local que reelabora a primeira versão da cartilha com desenhos novos, vamos nos deter em alguns aspectos que consideramos importantes para pensarmos as políticas públicas para a cidade de João Pessoa.

De forma breve queremos enfatizar as práticas educativas que foram propostas pelo material e as possíveis concepções de história que veicularam, nos duas versões da Cartilha, até porque a autora trabalhou exaustivamente a história da produção dos materiais, as dificuldades enfrentadas pela equipe de técnicos do IPHAEP, além de discutir como as políticas públicas para a área cultural estiveram articuladas com as recomendações do MinC e as peculiaridades do trabalho em João Pessoa.

A chegada das Cartilhas ao mundo escolar se deu pela escolha de algumas escolas da Primeira Região de Ensino que se localizavam próximas ao Centro Histórico de João Pessoa, na parte central da cidade. As disciplinas elencadas para o trabalho foram: educação artística, estudos sociais, história, geografia e comunicação e expressão. O procedimento era o de “instrumentalizar” os professores por meio de palestras promovidas pelos técnicos do IPHAEP para que depois os professores desenvolvessem atividades com seus alunos em suas

respectivas aulas. Nos depoimentos colhidos entre os professores que tiveram acesso ao material e o utilizaram em aulas de campo no centro histórico da cidade percebe-se certa euforia com relação ao material e com relação aos resultados da atividade desenvolvida com os alunos que, também, segundo os depoimentos foi sempre exitosa. Fica sempre a dúvida em relação à opinião dos alunos que se submeteram à atividade. Como eles experienciaram as cartilhas; que relação estabeleceram com seu passado; quais questões suscitaram?

Utilizou-se na confecção das Cartilhas a linguagem dos quadrinhos, ou pelo menos se pretendeu utilizar, também aparecem muitas fotografias intercaladas com textos explicativos e balões com falas dos personagens que são crianças convidadas pelo personagem-professor a fazer uma aula diferente pelo Centro Histórico de João Pessoa e, ainda, os slogans na abertura do material: *Conhecer para preservar, preservar para conhecer e Passado, um presente para o futuro*. Há também o personagem-avó que é convidado pelas crianças a ajudá-las nas tarefas propostas a partir da aula de campo. Ao personagem cabe realizar um novo passeio pela cidade alimentado por um texto sobre a História da Paraíba. Texto esse que mantém uma trajetória linear para os acontecimentos históricos, provavelmente retirados dos livros didáticos de História. Os sujeitos históricos do material são os mesmos de sempre: a elite branca e portuguesa que em um primeiro momento expulsa os indígenas selvagens e recupera a terra para em seguida ser dirigida por uma gente capaz de transformar uma terra pobre de recursos naturais e humanos na cidade da Paraíba. Os recursos naturais têm um espaço significativo no texto, bem maior que a população negra que não é mencionada de jeito nenhum. Há uma questão séria que é o fato dos monumentos históricos serem elencados como se fossem todos de uma mesma época, não se destaca o fato de monumentos de épocas diferentes terem sido escolhidos para tombamento. A sensação que se tem quando se lê as cartilhas é que parece que houve um esforço da equipe do IPHAEP em simplificar a linguagem dos documentos oficiais sobre tombamento de bens para uma linguagem voltada para jovens e crianças em idade escolar. Não estamos querendo dizer que os méritos do trabalho não existem, conforme já ressaltado anteriormente, não havia nada até o momento de confecção das Cartilhas e ainda hoje elas são o único material disponível sobre o tema na cidade. Parece-nos que mesmo assim é preciso lidar com elas de forma crítica e estabelecendo um diálogo no sentido de problematizá-las e possibilitar outras produções oriundas da cultura histórica escolar que podem ser produzidas a partir do olhar, por exemplo, dos próprios alunos ou da população que habita o Centro Histórico de João Pessoa. No caso de João Pessoa o Centro Histórico tem uma peculiaridade na medida em que, há moradores, comércio e vida enquanto que na maioria das cidades nordestinas, os centros históricos estão desertos e

parecem mais cenários fantasmas de uma trama já encerrada que só abre suas cortinas no carnaval ou nas festas populares.

3. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e a educação patrimonial: onde esses elementos se entrecruzam?

A criação e implementação do referido Programa se insere no âmbito da Política Nacional de Juventude. Nesse sentido, durante o ano de 2004, constituiu-se o Grupo Interministerial da Juventude, que envolveu 19 entidades, dentre elas: Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para elaborar um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapear as ações governamentais que são dirigidas especificamente aos jovens ou que contemplem segmentos juvenis, tendo em vista a indicação de referências para uma política nacional de juventude.

O grupo contou com a elaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas pertinentes, incorporou resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e o Projeto Juventude do Instituto de Cidadania e, também acompanhou o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a juventude.

Ao finalizar seus trabalhos, o Grupo sugeriu a implantação de uma política nacional “inovadora para a juventude”, que deveria compreender uma série de medidas, dentre elas a que nos ocupamos neste momento: o lançamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – (ProJovem) – voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o nono ano do Ensino Fundamental, e não têm vínculos formais de trabalho. O Programa caracteriza-se na documentação consultada como emergencial – atendendo a um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao Ensino Médio – e como experimental – ao fundamentar sua proposta curricular em novos paradigmas e articulando a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico.

Dessa maneira, o ProJovem, componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal, na gestão do presidente Lula, foi implantado em 2005, sob a Coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério do Trabalho e emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No município de João Pessoa é a Prefeitura

Municipal, em convênio com o Ministério da Educação – MEC, que coordena a execução do Programa.

O Programa pretende integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, oferecendo oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, reposicionem-se quanto à sua inserção social e profissional.

Destaca-se que o Programa nos parece uma experiência extremamente rica de educação patrimonial, tendo em vista que, sua estruturação, desde as dimensões pertinentes ao currículo, às orientações didático-pedagógicas, aos mecanismos de avaliação dos corpos docente e discente, à formação continuada de professores além de outros aspectos estão perpassados pela discussão da necessidade de reflexão, por parte dos segmentos envolvidos pelo programa, dos elementos constitutivos da cultura local, das heranças históricas que resultam no perfil da sociedade em que vivem, bem como e, sobretudo, na idéia de um “protagonismo social”, que abarca a compreensão de que, ao apropriar-se e revestir-se de identidades, os sujeitos sociais passam a apoderar-se, de maneira consciente, no meio em que vivem.

Vale ressaltar que a pesquisa sobre o Pró-Jovem está em fase inicial e, portanto, ainda demandará muitas outras questões além daquelas elencadas para nossa comunicação. Entretanto, podemos indicar, preliminarmente, que no caso do Pró-jovem o pressuposto difere do empregado pelas Cartilhas do Patrimônio porque prevê “o protagonismo social” . O que a pesquisa ainda não respondeu, mas faz partes de seus horizontes é a possibilidade de apreensão de quais seriam as formas de efetivação do aludido “protagonismo social” e, em que medida ele possibilitará (re)significações por parte dos sujeitos sociais.

Considerações finais:

O papel do mundo escolar tem sido ressaltado pelos envolvidos na elaboração de projetos e atividades voltadas para a educação patrimonial porque em suas proposições metodológicas estão previstas as seguintes ações educativas: **observação** (identificação do objeto); **registro** (fixação do conhecimento percebido); **exploração** (desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico) e **apropriação** (internalização, apropriação, valorização do bem cultural), todas elas passíveis de problematizações por parte do educadores/historiadores.

Em que pesem as considerações feitas de forma breve, destacamos que nas duas pesquisas a questão da Educação Patrimonial para o município de João Pessoa assumiu um

papel central nos processos de delimitação, definição, assimilação e acesso ao Patrimônio Histórico e Cultural sob a ótica das políticas públicas. Restando ainda ao pesquisador apreender as concepções e a complexidade das experiências engendradas pelos envolvidos nas práticas educativas por meio do ensino de história.

Referências Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. **O narrador** In: Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção *Os Pensadores*).
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988** (com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º1/92 a 16/97 e Emendas Constitucionais n. 1 a 6/94). Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- BRASIL. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM**: Orientações Gerais. Manual do Educador. Brasília: ProJovem, 2007.
- CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Organizadores). **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.
- COSTA, Aryana Lima; Oliveira, Margarida Maria Dias de. “O Ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá”. In: **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, 2007, p. 147-160.
- CURY, Cláudia Engler. **Políticas Culturais no Brasil**: subsídios para construção de *brasilidades*. Tese de Doutorado (Faculdade de Educação). Campinas/SP: UNICAMP, fevereiro de 2002.
- FLORES, Élio Chaves. “Dos Feitos e dos Ditos: história e cultura histórica”. In: **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, 2007, p. 83-102.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queirós. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “A crise da Memória, História e Documentos: reflexões para um tempo de transformações”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.) **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999 (Seminários & Debates)
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Ensino de História**: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008.
- TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa**: o processo de elaboração das Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP – 1980/2003. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/, março de 2007.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. V.5, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.